



**Aprender
sem medo.**

PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO AO BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR

Educar para a Paz

Parceria



Realização



Av. Colares Moreira, nº 2 - Salas 1102 - Ed. Planta Tower - Renascença II
São Luís - MA - Brasil | Cep 65075-441
+55 (98) 3235.4406 / 3235.8490 | www.plan.org.br



Ficha Técnica:

Moacyr Bittencourt - Diretor Nacional
Gualberto Aldana - Gerente Nacional de Programas
Tarcísio Silva - Assessor Nacional de Pesquisa e Avaliação
Selma Rosa - Assistente de Mídia e Comunicação
Célia Bonilha - Gerente da Unidade de Programas São Luis.
Luciana Reis - Gerente Interina da Unidade de Programas Codó
Creuziane Barros - Assistente Técnica de Programas São Luis.
Anselmo Costa - Assistente Técnico de Programas Codó
Leila Rodrigues - Promotora Comunitária da Unidade de Programas São Luis
Silvia Santos - Promotora Comunitária da Unidade de Programas Codó

Fante, Cléo
Programa de Enfrentamento ao Bullying no ambiente escolar.
Campanha Aprender sem Medo.
1a. impressão. 6.000 exemplares. Plan Brasil.
Projeto gráfico e programação visual: Fábrika Comunicação
Impressão: Unigraf. São Luís, MA, 2010.

1. Adolescentes 2. Psicologia do adolescente
3. Psicologia educacional 4. Violência I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Adolescentes: Violência: Educação e psicologia 370.15
2. Violência: Adolescentes: Educação e psicologia 370.15

C) Orientação aos estudantes sobre o bullying e suas implicações incentivando o desenvolvimento de ações de enfrentamento - por meio de Assembléias de Estudantes onde identificando os problemas do grupo/classe e encontrando soluções conjuntas e na formando grupos de alunos solidários que desenvolvam o protagonismo juvenil - e na criação de materiais - gibis, livros, vídeos - resultando em publicações que promovam a cultura de paz e o estímulo à arte, ao esporte, ao lazer como estratégias para reduzir o comportamento agressivo.

Acabar com a violência nas escolas se converteu num grande desafio social, por ser um fenômeno complexo e multifatorial, requerendo, portanto, ações interdisciplinares, transdisciplinares e intersetoriais, além do comprometimento individual, familiar, profissional, comunitário e governamental.

A Plan Brasil já está fazendo a sua parte - ao eleger o tema bullying como prioridade na Campanha Aprender sem Medo e ao desenvolver um conjunto de ações que visam conscientizar e orientar os docentes, estudantes e seus familiares, gestores escolares, autoridades e a sociedade civil como um todo, sobre a ocorrência deste tipo de violência, suas causas e consequências e formas de enfrentamento, além de ações nacionais de conscientização e implantação de programa de enfrentamento em escolas das comunidades onde atua e interação com todos os atores que podem ajudar a mudar essa triste realidade da violência escolar - e conclama toda a sociedade brasileira para que garantam a cada criança e adolescente o direito a uma escola sem violência, onde possam conviver em um ambiente escolar seguro, justo e solidário, onde possam desenvolver todas as suas potencialidades e aprender sem medo.



implementar em outras unidades escolares, não contempladas pelo programa.

C) Articulação na criação ou implementação de uma Rede de Apoio à Criança e ao Adolescente e familiares - formada por profissionais de diversas áreas, como Conselho Tutelar, Ministério Público, Saúde, Ação Social - visando um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar no atendimento de casos de bullying e na elaboração de ações e/ou campanhas preventivas.

D) Elaboração e distribuição de material informativo e educativo sobre o bullying escolar e o programa de enfrentamento, com a finalidade de conscientizar professores, estudantes e pais sobre a temática e orientá-los na identificação e procedimentos de encaminhamentos de casos e no desenvolvimento de ações preventivas.

E) Articulação com o Poder Legislativo Estadual e Municipal – através de debates em audiências públicas evidenciando a gravidade e urgência em adoção de medidas e determinações às escolas para coibir o bullying - incentivando à criação de projetos de lei de combate ao bullying e do desenvolvimento de políticas públicas e investimentos destinados a programas de enfrentamento.

F) Criação e participação em redes, fóruns e entrevistas aos diversos veículos de comunicação para divulgação e validação das ações visando influir no desenvolvimento de políticas públicas e proteção integral às crianças e adolescentes.

Etapa II – Capacitação, sensibilização e orientação de profissionais, estudantes e pais

A) Capacitação da equipe escolar e demais parceiros das escolas participantes, por meio de cursos sobre identificação, intervenção e encaminhamento de casos e de oficinas para o desenvolvimento de ações preventivas e promotoras da cultura de paz.

B) Capacitação de pais para a observação, identificação, intervenção e encaminhamento de situações vivenciadas pelos filhos e incentivo ao desenvolvimento de parcerias com as escolas visando orientações na educação de filhos, a redução da violência doméstica e o incentivo ao diálogo na resolução de conflitos.



uma escola sem violência para as crianças e adolescentes brasileiros

A Campanha Global para acabar com a violência nas escolas, “Aprender sem Medo”, foi instituída em outubro de 2008, pela Plan International, uma organização não-governamental ativa há mais de 70 anos. Presente em 60 países é considerada uma das maiores ONGs internacionais de desenvolvimento. Sem qualquer vínculo político ou religioso e sem fins lucrativos, está voltada para a defesa dos direitos da infância, conforme expressos na Convenção dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU). Atende cerca de 1,5 milhão de crianças em seus projetos e possui aproximadamente 1 milhão de doadores. No Brasil, desde 1997, desenvolve programas nas áreas de Saúde, Educação e Direitos das Crianças. Possui, hoje, mais de 50 projetos que atendem aproximadamente 75 mil crianças e adolescentes. Seus projetos visam assegurar o direito de crianças e adolescentes à proteção contra a violência e abusos de todo tipo, contra a pobreza, a desigualdade, a degradação do meio ambiente e para uma boa alimentação, saúde e educação.

A visão da Plan é a de um mundo onde todas as crianças possam desenvolver seu potencial, em uma sociedade que respeitem os direitos e a dignidade das pessoas. Sua missão é trabalhar para conseguir melhorias duradouras na qualidade de vida das crianças menos favorecidas de países em via de desenvolvimento, através de processos que unam as pessoas de diversas culturas e acrescentem significado e valor às suas vidas. Atua para possibilitar às crianças, às suas famílias e à comunidade o atendimento as necessidades básicas e o incremento na capacidade de participar e de se beneficiar da sua sociedade promovendo os direitos e interesses das crianças em todo o mundo.



A campanha Aprender sem Medo é uma ação global centrada na erradicação da violência contra crianças e adolescentes, focada nos castigos físicos, nos abusos sexuais e no bullying – sendo estes os principais problemas que afetam crianças em idade escolar e as comunidades onde a Plan atua.

A campanha tem como alvo diversos níveis, desde o trabalho global junto à órgãos internacionais até a atuação em parceria com o governo nacional, estadual e municipal, comunidades e indivíduos, incluindo as próprias crianças, que devem participar da criação de estratégias para abordar os desafios apresentados pela violência nas escolas. Pautar-se-á a experiência na educação com qualidade, trabalho de aprimoramento escolar, programa de proteção infantil e na abordagem da Plan de Desenvolvimento Comunitário Centrado na Criança e no Adolescente.

A estratégia mundial da campanha está baseada em:

- Persuadir os governos a tornar ilegal todas as formas de violência contra as crianças na escola; e fazer com que essas leis sejam cumpridas;
- Trabalhar com os dirigentes escolares e professores para criar escolas livres de violência e promover métodos alternativos à disciplina de castigos corporais;
- Criar uma dinâmica de mudança global, incluindo o aumento dos recursos de doadores internacionais e governos para combater a violência nas escolas de países em desenvolvimento.

No Brasil, a Plan optou por centrar sua atenção e preocupação no tema bullying, por reconhecer sua gravidade e os prejuízos que causa não somente ao processo de aprendizagem, mas também na formação psicológica das crianças, podendo comprometer seriamente sua saúde física e mental.



O bullying é uma forma de violência que atormenta os estudantes em todo o mundo. Ocorre nas relações entre pares, sendo mais incidente entre crianças e adolescentes no ambiente escolar. O termo foi adotado universalmente, para designar atitudes agressivas, intencionais e repetidas que ocorrem sem

- Capacitar os pais dos estudantes para a observação, identificação, encaminhamento de situações e estímulo às parcerias com as escolas com o intuito de orientá-los na educação de filhos.

- Orientar os estudantes sobre as práticas bullying e suas implicações, ensinar a diferenciá-lo das brincadeiras cotidianas, mostrar as possíveis responsabilizações legais e estimular o envolvimento em ações de cidadania e de cultura da paz.

- Formar uma equipe multidisciplinar e interinstitucional visando a formação continuada dos educadores e de multiplicadores do programa.

- Estimular a criação ou implementação de uma Rede de Apoio à Criança e Adolescente e seus familiares visando sua integral proteção.

- Treinar a equipe de coordenadores e de grupos de estudantes e de pais de estudantes com o objetivo de desenvolver, avaliar e implementar ações antibullying e replicar os conhecimentos adquiridos.

- Avaliar as ações desenvolvidas mensalmente, dando ênfase ao trabalho junto aos estudantes visando melhorias para as suas vidas.

Estratégias

O Programa de Enfrentamento ao Bullying Escolar será implantado em oito escolas, sendo duas em cada município onde a Plan atua: Codó, Timbiras, São Luis e São José do Ribamar. A implantação se dará em etapas, por meio de um conjunto de ações articuladas entre si, conforme exposto abaixo:

Etapa I - Conscientização e Incidência Política

A) Seminários municipais e estaduais com o objetivo de conscientizar os profissionais de educação, os docentes, discentes e a sociedade civil sobre o tema bullying; divulgar a pesquisa realizada pela Plan nas cinco regiões brasileiras; apresentar a proposta do Programa Educar para a Paz; incentivar o advocacy.

B) Articulação na formação de uma equipe multidisciplinar e interinstitucional para coordenar e apoiar cursos de capacitação continuada, voltados aos profissionais das escolas envolvidas, pais e estudantes e formação de multiplicadores do programa para

todos os atores que possam ajudar a mudar essa triste realidade da violência escolar. Proporcionar um ambiente escolar seguro, justo e solidário para que todas as crianças possam aprender e se desenvolver sem medo é o alvo da campanha da Plan.

Programa Educar para a Paz

O programa de enfrentamento ao bullying escolar, Educar para a Paz, desenvolvido pela pesquisadora brasileira, Cléo Fante, tem por objetivo sensibilizar a comunidade escolar para a relevância do problema e a necessidade de enfrentamento por meio de ações promotoras da cultura de paz. Objetiva também incentivar o advocacy e a criação de leis, políticas públicas e investimentos contra o bullying e proteção integral à criança e ao adolescente, por entender que a violência em suas diversas formas representa uma violação dos direitos humanos da criança, em especial os direitos à integridade física, dignidade humana e igual proteção perante a lei. Viola o direito à educação, à segurança, ao desenvolvimento, à saúde e à sobrevivência.

Objetivo Geral

Reduzir a incidência de casos de bullying, por meio da implantação do Programa de Enfrentamento ao Bullying Escolar, em escolas dos Municípios onde a Plan atua, como estratégia de combate à violência nas escolas com Campanha Aprender sem Medo.



Objetivos Específicos

- Realizar seminários municipais e estaduais com o intuito de conscientizar e incentivar o advocacy e a criação de leis e políticas públicas e investimentos contra o bullying e proteção integral à criança e ao adolescente.

- Capacitar a equipe escolar e demais parceiros da escola para a identificação, intervenção e encaminhamento dos casos de bullying e estimular o desenvolvimento de ações de enfrentamento e promoção da cultura de paz.

motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder.

Essa forma de violência envolve todos os estudantes, sejam como vítimas, autores ou espectadores. Propicia um ambiente escolar desfavorável à construção da cidadania e promoção do respeito à dignidade humana, da solidariedade, da compaixão e do compromisso com o outro.

Portanto, é uma das facetas da violência que impregna as relações humanas em todas as sociedades, estando intrinsecamente relacionado à intolerância e ao preconceito.

O bullying é um fenômeno encontrado em todas as escolas, sem distinção. É um problema que extrapola o âmbito escolar e familiar e se converte em pauta de discussões e debates nas diversas esferas.

Leis de combate ao bullying já estão em vigor em várias cidades e Estados da Confederação, como nos Estados da Paraíba, Santa Catarina, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e nas cidades de São Paulo, Porto Alegre, Campo Grande, Maceió, São Caetano do Sul, dentre outras. Inúmeros projetos de leis estão tramitando nos níveis: municipal, estadual e federal.

O bullying está relacionado a experiências de violência em casa, uma vez que as crianças aprendem que a violência é um mecanismo primário para negociar relacionamentos. Crianças que sofrem de violência familiar têm maior probabilidade de serem intimidadoras e intimidadas.

Também está relacionado às escolas superlotadas com supervisão imprópria de adultos e políticas escolares inadequadas. Crianças que frequentam escolas localizadas em bairros pobres ou violentos ou nos quais a discriminação contra grupos étnicos ou outros grupos é aceita, também estão mais propensas a vivenciar a violência.

Por culpa e vergonha, a maioria das vítimas não comunica o que está sofrendo. Além disso, poucas vítimas acreditam que suas escolas adotarão uma medida efetiva para melhorar a situação. Crianças intimidadas tendem a ter um grupo reduzido de amigos que poderia lhes proporcionar amparo e proteção. Há também a



corroboração de que a necessidade econômica e a desigualdade social são fatores chave que alimentam tanto o bullying quanto a violência sexual em um grande número de países. Níveis crescentes de privação, desigualdade e exclusão social exercem um papel preponderante na violência em escolas.

As vítimas de bullying tendem a perder a autoestima, sentir-se envergonhadas, sofrer de ansiedade e passar a desgostar da escola. Frequentemente faltam às aulas para evitar nova agressão. Aquelas que permanecem na escola, frequentemente, desenvolvem problemas de concentração e dificuldades de aprendizado. Outras reagem agressivamente, algumas vezes intimidando outros colegas em um esforço de reconquistar o status.

Nos casos mais graves, as vítimas de bullying sofrem de tensão crescente, um risco mais alto de abusar de drogas e do suicídio. Essas crianças apresentam cinco vezes mais probabilidade de sofrer de depressão do que suas colegas, sendo que as meninas apresentam oito vezes mais chances de cometerem o suicídio. Mas os agressores também enfrentam problemas – eles têm maior probabilidade de sofrer de ansiedade e depressão e estão sob risco mais elevado de cometer suicídio e autoflagelação.



Com o objetivo de adquirir subsídios para as ações da Campanha Aprender sem Medo, a Plan Brasil realizou em 2009, a pesquisa "Bullying no Ambiente Escolar", um levantamento de dados inédito que permitiu conhecer as situações de maus tratos nas relações entre estudantes dentro da escola, nas cinco regiões do País.

Os profissionais das escolas são acusados de desinteresse, incompetência, alienação em relação às necessidades e aos problemas dos alunos. Tudo isso explicaria a ausência de procedimentos para colocar limites e punir de forma correta esse tipo de comportamento. Mas este "jogo de empurra" não proporciona uma clareza sobre a questão não havendo avanço em proposições resolutivas. Por isso, mais do que diagnosticar um sintoma que já é evidente, este estudo pôde elencar ações e reflexões que deveriam conduzir o trabalho da Plan Brasil junto a todos que se interessam pelo papel da Educação na formação da juventude deste País.

Há que se considerar:

- Que é fundamental que os atores sociais participantes da comunidade educativa, tais como família, educadores, educandos, equipe técnica e funcionários estejam efetivamente envolvidos com as ações voltadas para redução e eliminação da violência no ambiente escolar. É a comunidade que tem condições de planejar ações, identificar necessidades, falhas, desejos e principalmente, propor soluções. Os gestores da educação devem ser capazes de estimular e facilitar tais processos, fortalecendo a gestão democrática nos sistemas de ensino, aproximando a relação entre a escola e a comunidade aperfeiçoando a comunicação entre os atores.

- Que as escolas devem criar procedimentos preventivos e formas de reação ágeis para evitar a ocorrência de situações de bullying e quaisquer outras manifestações de violência entre estudantes. As normas devem ser claras, objetivas, aplicadas com rigor e transparência. A elaboração de tais regras e processos pode ser um excelente exercício participativo, que resulte em clara compreensão do fenômeno por todos os atores da comunidade, estimulando o engajamento dos próprios alunos e suas famílias, assegurando a legitimidade de sua aplicação.

Diante dos dados coletados que evidenciam a gravidade e abrangência do fenômeno e os prejuízos que causa não somente ao processo de aprendizagem, mas também na formação psicológica das crianças, a Plan Brasil desenvolveu um conjunto de ações que visam possibilitar a conscientização de educadores, familiares, autoridades e a sociedade de um modo geral sobre o problema. Para isso, pretende atuar em todos os níveis da sociedade e interagir com

sobre o processo de aprendizagem. Indicam que tanto vítimas quanto agressores perdem o interesse pelo ensino e não se sentem motivados a frequentar as aulas. Embora gestores e professores admitam a existência de uma cultura de violência pautando as relações dos estudantes entre si, as escolas não demonstraram estar preparadas para eliminar ou reduzir a ocorrência do bullying. De fato, ampliando este achado da pesquisa, pode-se dizer que a gestão escolar e as competências dos docentes e técnicos do sistema de ensino não contemplam procedimentos de prevenção, controle e correção da violência que se manifesta em seu ambiente e nos arredores, tendo como protagonistas seus próprios alunos. Mais do que uma omissão, ou carência de capacitação e de instrumentos apropriados, parece existir uma tendência a considerar que este tipo de problema e sua solução não fazem parte da natureza ou da missão de uma instituição de ensino.

Os procedimentos adotados pelas escolas são as tradicionais formas de coação ao aluno, como a suspensão (culpabilização do aluno) e a conversa com pais (culpabilização da família), medidas claramente insuficientes para a abordagem do fenômeno. A escola ainda se utiliza de ferramentas talvez adequadas para coibir os antigos casos de indisciplina, cuja causa estava localizada nas particularidades de uma família, de uma criança e de um contexto específico. O que este estudo traz para o debate atual é a constatação de que não se trata de um fenômeno de natureza individual. Os maus tratos entre pares e o bullying são fenômenos que ocorrem no ambiente da escola, mas atingem a coletividade e ao mesmo tempo revelam seus padrões de convívio social. É interessante perceber que, com raras exceções, a pesquisa revelou que a escola está muito longe de reverter tal situação e não apresenta nenhuma ação de amplo alcance.

O discurso de pais e familiares contraposto ao de gestores, técnicos e professores, evidenciou que a responsabilização pela emergência de fatores desencadeadores da violência entre os estudantes é mutuamente atribuída. As famílias são acusadas de não assumirem a socialização adequada das crianças, pautada em princípios e valores que assegurariam um comportamento de boa convivência e respeito ao outro.



Os resultados do estudo servirão de insumos para as ações da campanha "Aprender sem Medo", visando alertar e orientar estudantes, pais, gestores e docentes escolares, bem como a sociedade civil como um todo, sobre a ocorrência de bullying, as formas de reduzir sua frequência e as graves consequências que pode provocar para as pessoas envolvidas, as instituições de ensino e o próprio processo de formação e de consolidação da cidadania.

Para garantir variedade e heterogeneidade dos participantes da pesquisa, foram selecionadas cinco escolas de cada uma das cinco regiões geográficas do País, sendo vinte públicas municipais e cinco particulares. Quinze estão localizadas em capitais e dez em municípios do interior. Participaram do estudo 5.168 alunos que responderam ao questionário. Também foram realizados quatorze grupos focais com 55 alunos, 14 pais/responsáveis e 64 técnicos, professores ou gestores de escolas localizadas nas capitais pesquisadas.

O estudo foi realizado por meio da coleta e da análise de dados quantitativos e qualitativos, com foco nas seguintes dimensões do tema:

- Incidência de maus tratos e de bullying no ambiente escolar;
- Causas de maus tratos e de bullying no ambiente escolar;
- Modos das manifestações de maus tratos e de bullying no ambiente escolar;
- Perfil dos agressores e das vítimas de maus tratos e de bullying no ambiente escolar;
- Estratégias de combate aos maus tratos e ao bullying no ambiente escolar.

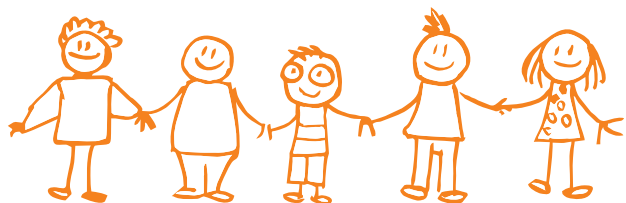
Os dados revelaram que, quanto mais frequente os atos repetitivos de maus tratos contra um determinado aluno, mais longo é o período de duração da manifestação dessa violência. Essa constatação demonstra que a repetição das ações de bullying fortalece a iniciativa dos agressores e reduz as possibilidades de defesa das vítimas, indicando ser essencial uma ágil identificação dessas ações e imediata reação de repúdio e contenção.

A ocorrência do bullying emerge em um clima generalizado de violência no ambiente escolar, considerando-se que 70% da amostra de estudantes responderam ter presenciado cenas de agressões

entre colegas, enquanto 30% deles declararam ter vivenciado ao menos uma situação violenta no mesmo período. O bullying, caracterizado como ações de maus tratos entre colegas – tendo como base a frequência superior a três vezes durante o ano letivo pesquisado, foi praticado e sofrido por 10% do total de alunos pesquisados, sendo que 3% disseram reproduzir os maus tratos sofridos se convertendo em vítimas e autores ao mesmo tempo.

A pesquisa mostra que o bullying é mais comum nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do País e que a incidência maior está entre os adolescentes na faixa de 11 a 15 anos de idade e alocados na sexta série do ensino fundamental. Quanto aos motivos que os levam a sofrer ou a praticar agressões, os participantes tiveram dificuldade para indicar. No entanto, tendem a considerar que os agressores buscam obter popularidade junto aos colegas, que necessitam ser aceitos pelo grupo de referência e que se sentiram poderosos em relação aos demais, tendo esse “status” reconhecido na medida em que seus atos são observados e, de certa forma, consentidos pela omissão e falta de reação dos atores envolvidos. Já as vítimas são sempre descritas pelos respondentes como pessoas que apresentam alguma diferença em relação aos demais colegas, como um traço físico marcante, algum tipo de necessidade especial, o uso de vestimentas consideradas diferentes, a posse de objetos ou o consumo de bens indicativos de status sócio-econômico superior aos demais alunos. Elas são vistas pelo conjunto dos pesquisados como pessoas tímidas, inseguras e passivas, o que faz com que os agressores as considerem merecedoras das agressões dado seu comportamento frágil e inibido.

Os próprios alunos não conseguem diferenciar os limites entre brincadeiras, agressões verbais relativamente inócuas e maus tratos violentos. Tampouco percebem que pode existir uma escala de crescimento exponencial dessas situações. Também indicam que as escolas não estão preparadas para evitar essa progressão em seu início, nem para clarificar aos alunos quais são os limites e quais são as formas estabelecidas para que sejam respeitados por todos.



A pesquisa mostra que é maior o número de vítimas do sexo masculino: mais de 34,5% dos meninos pesquisados foram vítimas de maus tratos ao menos uma vez no ano letivo de 2009, sendo 12,5% vítimas de bullying, caracterizado por agressões com frequência superior a três vezes. Apesar das altas frequências de práticas violentas, os alunos do sexo masculino pesquisados tendem a minimizar a gravidade dessas ocorrências, alegando que foram brincadeiras de mau gosto ou que não dão importância aos fatos porque os colegas não merecem essa consideração. Já as meninas que sofreram maus tratos ao menos uma vez durante o ano de 2009 (23,9% da amostra de meninas pesquisada) ou tornaram-se vítimas de bullying (7,6% dessa mesma amostra) apresentaram outro padrão de resposta às agressões sofridas, manifestando sentimentos de tristeza, mágoa e aborrecimento.

Quanto ao bullying no ambiente virtual – cyberbullying – os dados revelam que 16,8% dos respondentes são vítimas, 17,7% são praticantes e apenas 3,5% são vítimas e praticantes ao mesmo tempo. Independentemente da idade das vítimas, o envio de e-mails maldosos é o tipo de agressão mais freqüente, sendo praticado com maior frequência pelos alunos pesquisados do sexo masculino. Entre as meninas pesquisadas, o uso de ferramentas e de sites de relacionamento são as formas mais utilizadas. As demais formas de maus tratos no ambiente virtual também apresentam pouca variação conforme a idade das vítimas. Pequenas variações destes padrões estão presentes, há uma frequência maior no uso de ferramentas e sites de relacionamento por alunos de 11 e 12 anos; na invasão de e-mails pessoais e no ato de passar-se pela vítima, ambos praticados por alunos de 10 anos.



Tanto no ambiente virtual como no ambiente escolar as vítimas tendem a não reagir aos atos sofridos e apresentam sentimentos de desconforto, apatia, irritabilidade e tristeza. Os sentimentos dos agressores em relação às vítimas também são semelhantes, independente do ambiente ser virtual ou na própria escola. As vítimas são descritas, convictamente, como pessoas fracas e que mereceram o castigo, sem que a maior parte dos agressores manifeste qualquer sentimento de remorso ou de compaixão.

Quanto à consequência, os próprios alunos ressaltam os prejuízos